



Notas Sobre Florestas no Brasil da Primeira República: Silvicultura, Preservação da Natureza e Agricultura

Roberta Barros Meira ¹
Mariluci Neis Carelli ²

RESUMO

Este artigo se propõe a discutir os argumentos em prol da silvicultura e da preservação das florestas brasileiras - culminando na organização do Serviço Florestal durante a Primeira República. O presente artigo também visa analisar as preocupações com as mudanças climáticas. A análise que se segue desdobra-se no pensamento de acadêmicos, literatos, agricultores e estadistas baseados em uma documentação que envolve o Ministério da Agricultura, crônicas, revistas científicas e periódicos agrícolas. Nessa análise busca-se perceber como tais atores pensavam a proteção à natureza. Enfim, privilegia-se uma perspectiva teórica fundada na História Ambiental, sintonizando o trabalho com questões econômicas, políticas e culturais.

Palavras chave: Patrimônio Natural; Agricultura; Silvicultura; Mudanças Climáticas.

¹Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade da Região de Joinville, Brasil. rbmeira@gmail.com

² Doutora em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Universidade da Região de Joinville, Brasil.

Os discursos sobre a natureza brasileira são fontes importantes para a compreensão de uma mentalidade que exalta a sua prodigalidade, beleza e exuberância, ligando-a fortemente à identidade nacional do país. Assim, como essas mesmas falas permitem uma apreensão de um imaginário de inesgotabilidade de recursos naturais e a parca preocupação com uma exploração predatória desses recursos. Essa evocação à natureza, não desprezível desde o período colonial, encontra-se talvez traçada desde a carta de Pero Vaz de Caminha. Texto em cuja visão edenizada das novas terras descobertas e de suas riquezas naturais possui justamente o objetivo de mostrar a viabilizada da exploração do Novo Mundo (Caminha 1968). Mas, mesmo de modo não sistematizado, esse ideário em torno das riquezas naturais passaria incólume pelo Império e pelos diversos períodos da República, chegando até os dias atuais. Convém observar que o papel da natureza seria mesmo exacerbado e articulado no processo de construção da identidade nacional brasileira. Por outro lado, seria utilizado como um dos meios para cristalizar a ideia de vocação agrícola do Brasil.

Naturalmente, não seria demasiado insistir que a questão de ser o setor agrícola o principal gerador de divisas para o país tornava coerente a manutenção dessa quase doutrina de glorificação da natureza. Embora, não fosse menos certo, que não a livrasse de sofrer um constante processo de destruição. Como enfatiza Pádua ao tratar da sociedade brasileira, “o ato fundador do Brasil [...] foi um projeto de exploração predatória da natureza” (Pádua 1987 p. 19). Mas, como bem observa o referido autor, esse quadro revela ao mesmo tempo uma visão crítica sobre os resultados observados nessas primeiras intervenções na natureza. Assim, já se observa algumas medidas de proteção às matas no final do século XVIII, em função dos interesses da construção naval da Marinha Portuguesa. (Pádua 1987)

Por outro lado, não seria razoável esperar que o Brasil da Primeira República houvesse consolidada uma tradição de pensar a necessidade de proteção da natureza. Mas, merecem reparos, hoje, a pouca atenção dada pela historiografia aos discursos ambientais do período ou a percepção por muitos pesquisadores de serem estas intervenções anômalas. Não há como não reconhecer que alguns dos homens responsáveis pela legislação ambientalista do primeiro Governo Vargas já propagavam suas ideias em prol da defesa da natureza no período anterior à 1930. É digno de nota, por exemplo, a atuação de Alberto José Sampaio³ desde esses anos. Mais ainda, não se poderia também esquecer a atuação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

³ Alberto José Sampaio nasceu em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, em 1881. Em 1905, via concurso público, assumiu a função de Assistente de Botânica no Museu Nacional, instituição em que, a partir de 1912, passou a trabalhar como professor e chefe da Seção de Botânica. Tornou-se um dos mais importantes botânicos do Brasil. (Franco & Drummond 2009)

É certo que as riquezas naturais, mas, especificamente, as florestas, começaram a ter o seu valor comercial sobressaído. Portanto, da releitura comercial e cultural da relação entre natureza, silvicultura e agricultura concretizavam-se novos olhares sobre a forma como se dava até então a exploração das riquezas naturais no Brasil. Nesse sentido, utiliza-se a noção trazida pela História Ambiental da visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.⁴ Dessa forma, analisar estes discursos apoiando-se na História Ambiental permite perceber a estreita relação entre os diferentes pontos de vista que diziam respeito à natureza - advogando políticas que serviam a certos interesses fossem eles econômicos ou de preservação ambiental. Como afirma Worster (2004 pp. 119-131), a História Ambiental pode oferecer um conhecimento profundo da nossa cultura, das instituições econômicas, e das consequências das mesmas para a terra.

Nesse sentido, os escritos sobre o tema buscaram receptividade por parte dos seus diferentes públicos ora valendo-se do ufanismo em torno das riquezas naturais brasileiras ora ressaltando os problemas causados pelas mudanças climáticas devido à destruição das florestas, dentre outras questões. Por outro lado, o maior interesse pelas florestas tanto por estadistas e agricultores quanto por literatos e acadêmicos se deu à medida que o desmatamento avançava, gerando várias consequências adversas. Foi comum no Brasil instalar novas fazendas em terras cobertas por matas virgens, não só para aproveitar a fertilidade do solo, mas também assegurar as madeiras de construção e combustível. Mas, a abundância de árvores nem sempre era sinônimo de terras férteis e não poucas vezes os proprietários se chocaram com essa realidade. Assim, como a rápida perda da fertilidade do solo geraria problemas neste período. Mesmo as mudanças climáticas, como a diminuição das chuvas, também fizeram parte de alguns relatos.

UM NOVO OLHAR DA AGRICULTURA PARA AS FLORESTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

É de notar que os homens da primeira metade do século XX já tinham conhecimento dos novos princípios adotados por muitos países rivais brasileiros provenientes da chamada “agricultura científica”. Nesse sentido, eles acreditavam em uma transformação no sistema agrícola brasileiro pela introdução de técnicas mais avançadas. Tornava-se bem claro, diante da conjuntura internacional, que a defesa da grandeza e da vocação agrícola do país seria tão só uma utopia vã se aos tão louvados fatores naturais com que fora agraciado o país não fosse somado outros de outra ordem. Era necessário

⁴ Ver: Pádua 2010.

modernizar a agricultura e explorar racionalmente as riquezas naturais, introduzindo melhoramentos técnicos de toda sorte e incentivar a silvicultura, semelhante à estratégia de outros países.⁵

Sendo um exemplo ilustrativo, o caso dos produtores de açúcar brasileiro. Embora, a lenha continuasse a ser utilizada como o principal combustível tanto para usinas como para pequenos engenhos, as questões ambientais já figuravam em algumas falas do período, seja pelo custo com combustível ou mesmo pelas mudanças climáticas. Como se sabe, este problema se acentuou com a utilização cada vez mais frequente de máquinas tocadas a vapor na segunda metade do século XIX. Neste momento, aumentaram os clamores por fontes alternativas que reduzissem o consumo de lenha.⁶

A questão de ser o setor agrícola sujeito aos fatores incontroláveis como as intempéries do tempo seria apontada algumas vezes como o responsável pela diminuição do lucro das usinas. As secas também provocariam grande queda nas colheitas. Este fato levaria alguns técnicos a condenarem a utilização das matas para ser usada como combustível. A irrigação, mesmo que defendida já nesse momento, não seria colocada em prática na lavoura de cana. A modernização dos engenhos seria vista por alguns desses autores como uma maneira de reduzir o desflorestamento. Como uma amostragem de que esse fato chegou a ser cogitado, podemos nos remeter a fala de Frederic Sawyer (1905 p. 11) quando ele defendeu que a introdução de um maquinário mais moderno “evitaria a funesta devastação dos matos que pouco a pouco vai reduzindo, a precipitação de chuvas nos estados açucareiros”.

Outro exemplo seria o relatório feito pelo engenheiro francês J. Picard⁷ para à Société de Sucreries Bresillienne no ano de 1903. - Assim, seus relatos enfatizam que no Brasil, a parte agrícola estava à mercê da natureza, sendo que num ano chuvoso se teria uma boa safra e um ano seco sempre significava perdas. O engenheiro afirmava que não havia nada ainda para se lamentar, pois as chuvas eram suficientes, mesmo que a seca naquele ano fora suficientemente intensa para causar uma quebra nas colheitas do Engenho Central de Vila Raffard. No entanto, pessoas mais antigas das localidades visitadas por Picard acreditavam que elas estavam diminuindo. A seu ver, essa realidade era proveniente do grande desmatamento da região, fosse para o café ou para a cultura da cana. Já se conseguia notar que os terrenos mais secos eram aqueles cultivados há mais tempo e nos quais as florestas tornaram-se cada vez mais espaçadas (Picard 1996 p. 30). Se em alguns momentos, a preocupação restringiu-se

⁵ Ver: Thomas (1989)

⁶ Uma alternativa levantada seriam os fornos que queimavam bagaço verde. Ver: Meira (2014 pp. 5-27).

⁷ O engenheiro foi contratado pela Société de Sucrierie Bresillienne, companhia francesa proprietários de usinas no Rio de Janeiro e em São Paulo e que ficaria no Brasil em uma missão de inspeção feita entre 1 de março a 15 de julho de 1903.

basicamente a questão da falta de lenha para as usinas, nesses anos, a diminuição das chuvas passa a ser o mote principal nos debates sobre essa questão.

Esses pontos críticos do desmatamento que grassavam pelo País não teriam na produção açucareira o seu único caso. A grande e a pequena lavoura pareciam conjugar não só da posição de destruidores das matas, mas da percepção dos riscos que ela poderia acarretar. - Embora muitas das preocupações levantadas na Primeira República não tenham saído do papel, deve-se levar em consideração que já se discutiam questões como as mudanças climáticas devido à devastação das florestas. Em 1897, Rocha Pinto Júnior, que era membro do Conselho Superior da Sociedade Nacional da Agricultura, já defendia o reflorestamento (A lavoura novembro a dezembro de 1897). Da mesma forma, não se poderia considerar ultrapassado mesmo nos dias de hoje, o editorial do *Jornal do Agricultor*, escrito pelo seu já reconhecido redator Dias da Silva Júnior. Neste particular, ele defendia que as estações estavam se modificando, tornando-se cada vez mais rigorosas, apresentando ora um sol abrasador ora fortes temporais que inundavam os campos. Segundo Dias Júnior, essas mudanças nas condições meteorológicas do Brasil eram o resultado da devastação das florestas e da maior evaporação das águas dos rios pelo desmatamento das margens (*Jornal do Agricultor* julho a dezembro de 1885).

Ora, não se pode negar que as expectativas em torno de uma agricultura mais científica, mais produtiva, e que não causassem abalos tão profundos na natureza como as práticas de cultivos até então adotadas no Brasil, fosse em parte concretizada com a adoção principalmente de inovações técnicas. Embora, quando se vê isto mais de perto, percebe-se que a destruição das matas em consequência das práticas agrícolas, da necessidade de combustíveis, da exploração de madeiras preciosas, também foram partes indissociáveis da História do Brasil, com profundas implicações meio-ambientais e socioeconômicas. Assim, concorda-se com Castro (2004 p. 10), quando ele afirma que a História Ambiental nos ajuda a compreender de que maneira nossos problemas ambientais de hoje são consequências das formas com que vêm sendo organizadas nossas relações com o mundo natural ao largo dos últimos cinco séculos.

A questão que se coloca para além dessas considerações é que esses problemas já eram vistos por alguns desses atores como um indicativo da necessidade de uma maior harmonia entre os interesses agrícolas e a preservação da natureza. O aumento das áreas de terras cansadas e estéreis, as secas e a falta de combustível forneceram uma justificativa importante para a intervenção do Estado. Neste contexto, observa-se, como defende Leff, que as práticas agrícolas são potencializadas por “tecido de valores, de formação ideológicas, de sistemas de significação, de práticas produtivas e de estilos de vida,

num contexto geográfico e num dado momento histórico”.⁸ Assim é que um trabalho nesse sentido teria sido estimulado pelos homens ligados à agricultura, embora uma justa apreciação do problema reconheça que foram esforços de vários setores, com graus variados de empenho e em várias esferas de poder, que resultaram na criação do Serviço Florestal do Brasil, ainda na Primeira República. Como expressou um artigo do Boletim do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (setembro a outubro de 1912): “o grave assunto infelizmente, já preocupa os poderes públicos de nosso país e não só o Ministério da Agricultura, como vários governos estaduais, tem providenciado para a organização do Serviço Florestal do Brasil.

Como se percebe, os homens daquele tempo foram testemunhas de um processo de articulação entre a ciência, a agricultura e a natureza. Desse modo, não se pode afirmar que havia uma preocupação ambiental no uso de técnicas agrícolas mais modernas, mas se esboçavam os primeiros passos do longo caminho de tentativas de superação da denominada já neste momento como “*agricultura vampira*” (Lobato 2007). Essa expressão seria comumente citada neste período para designar o tipo de cultivo até então praticado no Brasil e herdado do período Colonial, - caracterizado principalmente pelo uso frequente de queimadas e de instrumentos agrícolas já considerados atrasados, com a enxada.

Aliás, esse termo acabou por ter uma maior difusão por ser utilizado mesmo por alguns literatos como Monteiro Lobato. Interessa notar que coube tanto aos pequenos como aos grandes produtores rurais as ações que feriam o meio ambiente. A crítica incisiva de Monteiro Lobato⁹ refletia bem esse discurso¹⁰ ao se referir aos pequenos agricultores como “*piolhos da terra*”, pois estes ainda se valiam de técnicas primitivas como as queimadas. Para ele, esses homens ignoravam as transformações ocorridas nos métodos de cultivo, como o uso de arado, a irrigação, etc. Pode-se ainda notar na fala de Monteiro Lobato um desconforto pela incapacidade desses atores de acompanhar uma lógica contínua de aprimoramento, permanecendo atrelado às práticas rotineiras (Lobato 2007).

Percebe-se assim que essa mentalidade passou a se difundir não só entre a elite agrícola, mas reverberou nos textos de importantes intelectuais nesse período. Esse novo discurso teórico e

⁸ Cabe mencionar que a formação social tem profunda ligação com o entorno natural, as “práticas produtivas das culturas [...] geraram práticas de manejo sustentável de recursos, através de certos estilos culturais de organização produtiva”. (Leff 2009 pp. 99-114).

⁹ Segundo Regina Aída Crespo (1997), Monteiro Lobato chegou a esboçar grandes projetos agrícolas e a investir na modernização da propriedade da família, de solo já exaurido. A falta de capitais, o trabalho árduo e a lentidão dos resultados acabaram por desestimulá-lo, e o caboclo tornou-se o bode expiatório de seus problemas na fazenda.

¹⁰ Nesse caso, este artigo apoia-se na obra de Margarida Neves (1995 pp 15-31), que considera as obras literárias como narrativas subjetivas do “real vivido”, situadas nas interseções entre a ficção e a realidade, considerando tais registros como testemunhas-chave do tempo cotidiano onde foram escritas.

ideológico de glorificação da ciência em detrimento das práticas tradicionais do campo refletiam a necessidade de transformação do comportamento dos principais atores frente à exploração das riquezas naturais do País. Embora, cabe colocar, que as questões ambientais não se constituíram em uma preocupação principal para muitos desses homens ligados à agricultura. Da mesma forma que não seria plausível supor que as práticas condenadas na agricultura ficassem restritas aos pequenos produtores. O Brasil ainda primava por uma agricultura extensiva, que deixava um rastro de destruição por onde passava. Ora, Monteiro Lobato revelava uma percepção bastante acurada da realidade agrícola do país para não perceber nefastos desdobramentos da depredação causada pela grande lavoura. Em um conto de 1908, por exemplo, ressaltava que os grandes fazendeiros também podiam ser caracterizados como vampiros devido à precariedade da tecnologia agrícola utilizada.

Se o Governo agarrasse um cento de fazendeiros dos mais ilustres e os trancasse nesta sala, com cem machados naquele canto e uma floresta virgem ali adiante, e se naquele quarto pusesse uma mesa com papel, pena e tinta, e lhes dissesse ou vocês pensam meia hora naquela folha de papel ou botam abaixo aquela mata, daí a cinco minutos cento e um machados pipocavam naquelas perobas. (Lobato 2007 p. 37).

A VISÃO SOBRE O REFLORESTAMENTO NOS MEIOS URBANOS

Em outro front, o desmatamento nas regiões urbanas ao longo do século XX promoveu discussões que acabaram por favorecer a atuação dos acadêmicos. Mas, interessa notar que se as condições nas zonas rurais deram origem a falas em prol da preservação das florestas, as condições nas cidades não diferiam suficientemente de molde a produzir diferentes políticas e atitudes, mesmo porque os princípios mestres eram os mesmos. Exemplo disso seria o caso da própria cidade do Rio de Janeiro. Se as secas tinham sido em parte solucionadas pelas obras do engenheiro Paulo de Frontim e pelo plantio da Floresta da Tijuca no Império, restava lidar nas primeiras décadas da República com o grave problema das enchentes. O Jornal, de 28 de janeiro de 1925, destacaria na primeira página uma reportagem sobre o problema das inundações da cidade. Importa que atentemos para um dos aspectos dessa realidade, isto é, uma das principais soluções defendida seria investir no reflorestamento. Não há como relevar que essas questões passaram gradativamente a ser pensadas não mais só por engenheiros. Ou seja, não eram vistas mais só como uma questão de engenharia hidráulica, mas de um fim prático que poderia ser dado às florestas no seu papel de retardar o escoamento das águas dos morros.

É oportuno notar que, neste caso, foi realizada uma entrevista com Alberto José de Sampaio. A natureza, que encantava pela sua exuberância e beleza, ou melhor pelo seu valor estético, passava a se entrelaçar cada vez mais com as questões que pontuavam o plano administrativo da cidade. Não se tratava mais apenas de explorar as riquezas naturais, o reflorestamento passava a contar como um

Roberta Barros Meira; Mariluci Neis Carelli

instrumento técnico nessas obras de prevenção de desastres urbanos. Sampaio foi muito claro a respeito:

Para atingir esse objetivo, devemos combinar trabalhos de reflorestamento às obras hidráulicas a realizar nos morros, parecendo-me possível realizar ao mesmo tempo o problema das inundações e da fartura de águas potáveis, estabelecendo açudes decantadores nos morros progressivamente reflorestados. No que se refere à infiltração das águas nas vertentes, nenhum fator artificial pode sequer se aproximar-se da vegetação florestal que uma vez restituída aos morros (...) poderá fazer de cada um deles uma nova Tijuca (O Jornal 28 de janeiro de 1925 p. 2).

Essas reações à destruição das matas, ocorridas logo nas primeiras décadas do século XX, buscavam superar os entraves aos projetos de reflorestamento. Quem também comporia esses defensores da natureza seria Joaquim de Sampaio Ferraz¹¹, diretor do Observatório Meteorológico do Rio de Janeiro. É manifesto que ressalva foi feita no sentido dos prejuízos causados pela destruição descontrolada das áreas florestais urbanas. No caso particular da cidade do Rio de Janeiro, uma das causas das inundações seria o desaparecimento das matas. Ora, para Ferraz, o fato de ter sido destruída a vegetação florestal, acarretou o endurecimento da crosta dos morros, o que impedia que as águas pluviais infiltrassem-se como outrora o faziam na terra frouxa. Demais, essa infiltração era facilitada, além disso, pelos “condutos abertos no solo pelas raízes das árvores e toda a série de pequenos animais do solo florestal” (O Jornal 28 de janeiro de 1925 p. 2).

Vê-se, assim, a percepção de que era preciso preservar áreas estratégicas de florestas urbanas já nesses anos, se não por todos, por alguns importantes setores da sociedade brasileira. Entendia-se nesse período que a silvicultura seria uma forma de incentivar o replantio das matas. A existência em outros países de um comércio rentável de madeira seria um forte estímulo. Segundo o engenheiro João Teixeira Soares¹², um caso a ser reformulado era o da gestão das companhias de estradas de ferro. Até então elas eram obrigadas a plantar as suas lavouras de árvores, quando seria melhor criar um grupo de reflorestadores, que possuíssem contratos de compra para a madeira e para a lenha que viessem a produzir. Além disso, essas companhias deveriam ser menos exigentes quanto às condições de qualidade e dimensões de modo a tornar possível o mais completo aproveitamento das árvores abatidas (Revista A Lavoura janeiro a fevereiro de 1918). Nesse período em particular, de fato, os maiores consumidores de lenha eram as estradas de ferro, os engenhos centrais e outros estabelecimentos industriais (Revista do Museu Paulista 1911 p. 494).

¹¹ Joaquim de Sampaio Ferraz cursou engenharia civil na Inglaterra e fez estágio em eletricidade em Chicago. Trabalhou na construção do porto do Rio de Janeiro e, a seguir, o de Belém do Pará. Foi pioneiro na área de meteorologia, sendo responsável pela implementação do serviço de meteorologia no Brasil. (Godoy 2005).

¹² João Teixeira Soares projetou o traçado ferroviário entre Itacaré e Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Roberta Barros Meira; Mariluci Neis Carelli

Mas, começou a ganhar importância em meio ao desenrolar das percepções dos problemas climáticos e hídricos que iam tendo lugar em algumas cidades e estados que algumas áreas de florestas deveriam ser conservadas a qualquer custo pelos poderes públicos. A combinação desses problemas se constituiu em mais um elemento crucial para que esses grupos passassem a cobrar uma intervenção estatal cada vez mais forte quando se tratava dos problemas ambientais. Essa marca acabou por motivar alguns segmentos da sociedade na busca de uma legislação ambiental que viesse a proteger áreas florestas consideradas como estratégicas. Como diria João Teixeira Soares:

As florestas para a proteção de mananciais e para os efeitos mais gerais sobre o clima das regiões, não podem deixar de ter uma extensão e valor muito maiores do que os recursos dos particulares permitem possuir e, por isso, em todos os países, pertencem elas às administrações municipais, provinciais ou nacionais, que as incorporam aos seus serviços públicos, porque a sua conservação se impõe qualquer que seja a renda que possam produzir. (Revista A Lavoura janeiro a fevereiro de 1918)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de supor que esses problemas enfrentados tanto no meio rural quanto no urbano tenham ajudado a estimular a defesa da silvicultura como uma das soluções principais para o novo quadro em que se percebe uma leitura particular dos usos de uma natureza vista frequentemente como inescotável. Queremos frisar, também, que a defesa de uma interdependência entre um modelo de desenvolvimento pautado no avanço predominantemente econômico e uma exploração mais racional da natureza mereceu especial cuidado por parte de alguns dos homens desse período. Exemplo disso seriam os trabalhos como os de Hermann von Ihering¹³ que analisaram em que medida a silvicultura poderia minimizar os problemas ambientais. Segundo ele, eram três os fatores que compunham a questão da conservação das matas no Brasil, ou seja, o fornecimento de lenha, a extração de madeira de lei e a defesa das matas próximas aos mananciais dos rios e ribanceiras, que afetavam tanto o clima quanto o abastecimento de água (Revista do Museu Paulista 1911 p. 497)

Nesse sentido, seria de grande importância a promulgação do decreto legislativo n.º 4421, no ano de 1921. A criação do Serviço Florestal do Brasil visava a restringir significativamente os males causados pelo desflorestamento, escorado em parte na minimização dos efeitos pela silvicultura. Vale a pena comentar a fala de Alberto José Sampaio no Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, que ocorreu em 1926. O ponto acenado por ele seria que o trabalho do recém-criado Serviço Florestal faria com que o Brasil ocupasse em breve o posto de um dos maiores países produtor de madeiras, conservando ao mesmo tempo o máximo possível de suas florestas (Sampaio março de 1926). Assim,

¹³ Ihering foi um médico, professor e ornitólogo alemão, naturalizado brasileiro em 1885. Em 1892, foi um dos responsáveis pela fundação do Museu Paulista, do qual foi diretor por 25 anos. Foi também o criador do Jardim Botânico.

nesse momento, a silvicultura tornava-se um ponto crucial - não faltando vozes que propusessem a expansão do cultivo de árvores.

Enfim, de toda decisiva foi a influência do Ministério da Agricultura e de grupos interessados, mas fortemente acadêmicos, técnicos e agricultores, na montagem de um projeto de preservação das florestas brasileiras. Ora, embora, por razões distintas, o papel de uma natureza grandiosa foi constantemente reafirmado. Se posteriormente as chamadas correntes preservacionistas e conservacionistas travariam uma disputa acirrada pelo melhor modelo a ser seguido no país de preservação do patrimônio natural, nesses anos, os interesses maiores da agricultura fariam sobressair a silvicultura como forma de salvaguardar parte das matas brasileiras. Os problemas climáticos no campo e hídricos nas cidades tiveram um papel importante em minimizar as indiferenças e disputas. Defendia-se a silvicultura para o bem das florestas, ou melhor, uma parte desses atores esperava que o apoio à exploração racional das riquezas naturais significaria uma maior proteção à natureza.

REFERÊNCIAS

Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio setembro a outubro de 1912. Tipografia do serviço de Estatística, Rio de Janeiro.

Caminha PV 1968. *Carta a El Rei Dom Manuel*, (Versão) Sabiá, Rio de Janeiro.

Castro G 2004. *Para uma História Ambiental Latino americana*. Editorial de Ciências Sociais.

Crespo RA 1997. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. São Paulo. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Franco JLA, Drummond JA 2009. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil anos 1920-1940*. Editora da Fiocruz, Rio de Janeiro.

Godoy SS 2005. *O avô do tempo*. Diário de um meteorologista:1900-1940. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, PUC-Rio.

Jornal do Agricultor julho a dezembro de 1885. Rio de Janeiro: Tip. Carioca.

Leff E 2009. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Vozes, Petrópolis.

Lobato M 2007. *Cidades mortas*. Globo, São Paulo.

Meira RB 2014. São os “Centrais” que distinguem o açúcar: O encantamento dos produtores de açúcar brasileiros pelos engenhos centrais cubanos”. *Travesía*, nº 16, pp. 5-27.

Neves MS 1995. História da crônica. Crônica da história. In: Resende B (org.), *Cronistas do Rio*. CCBB, Rio de Janeiro.

O Jornal 1925. *O Jornal 28 de janeiro de 1925*.

Pádua JA 1987. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: Pádua JA (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro.

Pádua JA 2010. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24(68).

Picard J 1996. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Haffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*: Missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de março a 15 de julho de 1903. Hucitec; Editora da Unicamp, São Paulo.

Revista A Lavoura 1897. *Revista A Lavoura novembro a dezembro de 1897*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

Revista A Lavoura 1918. *Revista A Lavoura janeiro a fevereiro de 1918*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

Revista do Museu Paulista 1911. *Revista do Museu Paulista*. Tip do Diário Oficial, São Paulo.

Sampaio AJ 1926. *O problema Florestal no Brasil em 1926*. Relatório sucinto visando a Phypotechnia e a Phytogeographia. [abril-maio 1926- março de 1926]

Sawyer F 1905. *Estudo sobre a indústria açucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais países*. Apresentada ao Dr. Carlos Botelho M. D. da Secretária da Agricultura pelo engenheiro Frederic Sawyer. Tip. Brazil de Carlos Gerke & Rothschild, São Paulo.

Thomas K 1996. *O homem e o mundo natural*. Companhia de Letras, São Paulo.

Worster D 2004. ¿Por qué necesitamos de la historia ambiental?. *Revista Tareas* [mayo-agosto], Panamá, n. 117: 119-131.

Notes on the Brazilian forests during the first Republic: Forestry, Conservation of Nature and Agriculture

ABSTRACT

This article aims to discuss the arguments for forestry and conservation of Brazilian forests - culminating in organizing of the Forest Service during the First Republic. This article also aims to analyze the concerns about climate change. The following analysis unfolds the thinking of scholars, writers, farmers and statesmen based on documentation involving the Ministry of Agriculture, chronicles, scientific and agricultural journals. This analysis seeks to understand how these actors

Roberta Barros Meira; Mariluci Neis Carelli

thought the protection of nature. Finally, this article emphasizes a theoretical perspective based on the Environmental History, tuning work with economic, political and cultural issues.

Keywords: Natural Heritage; Agriculture; Forestry; Climate Change.

Submissão: 17/03/2014

Aceite: 26/05/2015

Este texto é versão modificado do trabalho apresentado no III Encuentro de las Ciencias Humanas y Tecnológicas para la integración de la América Latina y el Caribe – Internacionaldel Conocimiento: Diálogos em Nuestra América, no dia 08 de maio de 2015. O trabalho não seria possível sem apoio da Capes.